



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

ALOCUÇÃO
DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO, EM
EXERCÍCIO,
JOSÉ LUÍS GUTERRES
POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DA
TRANSFORMAÇÃO DA AUTORIDADE BANCÁRIA E DE
PAGAMENTOS EM BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

Edifício da ABP,

13 de Setembro de 2011

Sua Excelência Sr. Presidente da República
Sua Excelência Sr. Presidente do Parlamento Nacional,

Distintos Deputados e colegas do Governo
Exmos. Senhores Representantes da Sociedade Civil
Ilustres convidados,

Exmo. Senhor Governador do Banco Central de Timor-Leste
Exmos. Senhores Membros do Conselho de Administração,

Senhoras e Senhores,

É um prazer para mim estar aqui hoje presente na cerimónia de transformação da ABP em Banco Central de Timor-Leste, que comprova que mais um passo foi dado no sentido de consolidação das nossas Instituições do Estado.

Permitam-me que expresse o apreço do Governo, sobre o trabalho desenvolvido por esta Instituição, através do reconhecimento de algumas das concretizações da Autoridade Bancária e de Pagamentos até à data.

A ABP tem regulado e supervisionado o nosso sector bancário ao longo dos últimos dez anos. Ao contrário das suas congéneres em países mais desenvolvidos, incluindo os Estados Unidos e países europeus, a ABP não precisou de pedir ao governo que fornecesse fundos para estabilizar o sector financeiro de Timor-Leste. De facto, o nosso sector da banca e dos seguros é marcado por um pequeno número de instituições reputadas e bem reguladas.

A ABP introduziu com sucesso o dólar americano como a nossa moeda oficial, apoiado pelos centavos timorenses, tendo mantido quantidades adequadas de notas e moedas para serem usadas pelos cidadãos e empresas deste País.

A ABP tem vindo também a gerir o Fundo Petrolífero, desde que este foi criado em 2005, de forma profissional e responsável. Tem cumprido plenamente com as provisões de transparência do Fundo Petrolífero, tendo publicado informações sobre o progresso e o desenvolvimento do Fundo. Além disso, a gestão operacional do Fundo por parte da ABP tem resultado em retornos financeiros muito próximos dos marcos de referência estabelecidos pelo Ministério das Finanças.

Todos sabemos que a qualidade da gestão do Fundo Petrolífero por parte da ABP mereceu elogios por parte de várias organizações internacionais. Este é um feito considerável, dada ainda a falta de experiência em Timor-Leste ao nível da gestão financeira.

A ABP tem publicado regularmente estatísticas económicas e do sector financeiro, incluindo estatísticas da balança oficial de pagamentos para a Nação. A publicação destas estatísticas são contribuições vitais para o Governo, quer para melhor planeamento do desenvolvimento contínuo do País, quer para melhor orientar a economia de Timor-Leste.

Por outro lado, a ABP licenciou e regulou a primeira companhia seguradora em Timor-Leste e tem cumprido eficazmente com a sua função de banqueira do Governo.

Senhoras e senhores,

Não posso deixar de relembrar que em 2006 a ABP foi uma das poucas instituições públicas a permanecer aberta durante todo o período da crise, o que demonstrou o empenho da ABP em garantir que o Governo conseguisse continuar a fazer pagamentos como e quando necessário, algo que era essencial para manter a confiança no Governo.

Em cada uma destas áreas a ABP cumpriu as responsabilidades que lhe foram atribuídas e superou mesmo as expectativas do Governo e dos timorenses em geral. Por tudo isto, gostaria de reconhecer e louvar aqui a dedicação e o empenho de todos aqueles que tornaram isto possível.

Senhoras e senhores,

Hoje, ao vermos a ABP transformar-se no Banco Central de Timor-Leste, parece-me apropriado reflectir sobre o papel do Banco Central de uma Nação e sobre o seu relacionamento com o Governo.

Em primeiro lugar, gostaria de referir que a ABP tem vindo a desempenhar as funções de um banco central desde a sua criação, pelo que o novo Banco Central continuará a assegurar essas mesmas funções.

Tal como referi, esses papéis incluem a responsabilidade de regular e supervisionar o sector financeiro, incluindo bancos e companhias seguradoras. Um sector financeiro forte e sustentável é um componente essencial de uma economia que funciona de forma plena. Sem bancos, ficaríamos com pouco mais do que uma economia assente em dinheiro ou na troca directa de produtos. Não seria possível, ou na melhor das hipóteses seria muito difícil, realizarmos operações de comércio internacional, incluindo importações e exportações.

O nosso sector bancário tem-nos servido muito bem, tendo ligações fortes a Portugal, à Austrália e à Indonésia, bem como ao nosso Banco Comercial de Timor-Leste, que foi iniciativa do actual governo.

Outro papel importante dos bancos centrais em todo o mundo é a emissão de moeda nacional. A transformação da ABP em Banco Central não significa uma mudança de política por parte do governo em relação à moeda nacional. A

moeda oficial de Timor-Leste é o dólar americano e assim continuará a ser, pelo menos no futuro próximo.

Ainda assim, ocasionalmente temos discussões e debates sobre os méritos da possibilidade de Timor-Leste introduzir a sua própria moeda. Existem argumentos sólidos a favor e contra esta medida, sendo muito importante que o Governo entenda completamente todas as implicações antes de tomar qualquer decisão relativamente à introdução de uma moeda nacional.

Observamos que as Nações com moedas débeis dão por si a caírem rapidamente em problemas e a precisarem de procurar assistência internacional. Sei de vários casos de Nações que tiveram de desvalorizar as suas moedas para salvar as suas economias, decisões deste tipo afectam as vidas de cada um dos cidadãos dessas Nações.

Por outro lado, estamos actualmente a assistir a uma situação oposta na Europa. Os governos de vários países, incluindo a Grécia, a Irlanda e Portugal, estão a ter sérias dificuldades por partilharem uma moeda comum, o euro, e não poderem desvalorizar a sua moeda para tornar as suas economias domésticas mais competitivas.

Existem também várias questões mais técnicas que levariam demasiado tempo para delinear aqui hoje. Em virtude disto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento inclui uma provisão para o Banco Central realizar uma análise rigorosa da questão da moeda e reportar ao Governo as implicações da introdução de uma moeda nacional.

Actualmente Timor-Leste está a explorar os seus recursos petrolíferos e a converter a riqueza natural que herdámos em reservas financeiras. As receitas petrolíferas não durarão para sempre, pelo que se estabeleceu o Fundo Petrolífero para partilhar a riqueza entre a geração actual e as gerações

vindouras. Um objectivo específico do Fundo Petrolífero é garantir que Timor-Leste terá reservas financeiras muito depois de os recursos petrolíferos se esgotarem. Se o Fundo Petrolífero for gerido de forma fraca ou incorrecta as gerações futuras de cidadãos timorenses não terão qualquer reserva. Temos uma oportunidade única para construir um fundo de investimento sustentável que, em teoria, durará para sempre.

Tal como referi anteriormente, a ABP estabeleceu a gestão do Fundo Petrolífero e conseguiu resultados financeiros muito credíveis. O estabelecimento da gestão operacional do Fundo Petrolífero envolveu a criação de uma equipa de instituições internacionais e estabeleceu também uma capacidade interna de gestão de investimentos, tendo gerido cerca de 80% do Fundo Petrolífero a nível interno.

Sei que a ABP seleccionou apenas as firmas mais fortes e com reputações internacionais mais sólidas para serem suas parceiras na gestão operacional do Fundo Petrolífero. Cada um destes relacionamentos foi estabelecido com base em acordos legais, negociado para proteger os activos do Fundo Petrolífero e proteger a soberania dos activos financeiros de Timor-Leste sob quaisquer circunstâncias passíveis de serem previstas.

Estes acordos, procedimentos e políticas representam um enorme investimento de tempo e recursos, sendo uma parte importante, ainda que não necessariamente visível, do legado que o Banco Central irá herdar da ABP.

Senhoras e senhores,

Esta é uma boa altura para considerar o relacionamento entre o Governo e o novo Banco Central. A Constituição da República prevê um banco central independente, sendo que a lei do Banco Central põe a independência em prática de várias formas.

Em primeiro lugar, o Banco Central tem de apoiar as políticas económicas gerais do Governo. Isto significa que o Governo e o Banco Central irão colaborar na formulação da política económica nacional.

A nossa economia é ainda jovem e frágil que precisa modernizar-se e que não pode depender exclusivamente do sector petrolífero. Isto significa que é necessário desenvolver várias outras iniciativas em todos os sectores da indústria, como considerado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, e acompanhar os resultados.

Embora o Banco Central tenha responsabilidades específicas pelo apoio ao desenvolvimento do sector financeiro, poderá também providenciar luzes valiosas sobre o progresso em outros sectores da economia e portanto contamos com o Banco Central para cumprir o nosso objectivo de desenvolvimento sustentável para o País.

Em segundo lugar, o Banco Central continuará a ser o banqueiro do Governo. A manutenção das contas bancárias do Governo é uma questão importante. O processamento atempado e eficiente de ordens de pagamento, independentemente de envolver pagamentos a pessoas em dinheiro, transferência de fundos para bancos domésticos ou envio de fundos para bancos estrangeiros, é essencial para manter a credibilidade do Governo no que se refere a pagar as suas obrigações a horas.

Em terceiro lugar, a nova lei dá ao Banco Central o papel de gestor dos fundos especiais do Governo e de investidor dos fundos em conformidade com políticas de investimento estabelecidas pelo Governo, segundo acordos de gestão. Isto reflecte a forma como o Fundo Petrolífero é gerido e providencia o quadro legal em termos de acordos bancários para os fundos especiais

recentemente estabelecidos pelo Governo, incluindo o Fundo de Infra-estruturas e o Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Em quarto lugar, a nova lei exige que o Governador do Banco Central e a Ministra das Finanças se reúnam regularmente para discutir matérias de política monetária e fiscal e outras questões de interesse comum, bem como para fazerem consultas sobre matérias e propostas de lei sobre matérias nas áreas do Banco Central. Estes acordos visam garantir que o Banco Central e o Governo trabalham juntos em matérias de interesse mútuo, de forma a melhor servir os interesses de todos os timorenses.

Por fim, para além das funções que acabei de delinear existe legislação no Parlamento Nacional que dará ao Banco Central deveres adicionais relativamente ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Foi-me dito que o edifício actual do Banco Central – onde nos encontramos hoje – é pequeno demais para acomodar mais funcionários. O edifício foi concebido para ser a agência na cidade de um banco comercial, pelo que nunca se pretendeu que servisse como edifício de um banco central. Assim, e como parte do compromisso para dotar Timor-Leste de um banco central completamente funcional, o Governo irá providenciar um terreno adequado no qual poderá ser construído um edifício desenhado especificamente para alojar um banco central.

Senhoras e senhores,

É uma honra estar aqui hoje e é com todo o prazer que transmito o reconhecimento do meu Governo ao Conselho de Administração, directores e funcionários do Banco Central de Timor-Leste pelo marco importante que atingiram hoje.

Tenho plena confiança que o Banco Central de Timor-Leste continuará a servir bem a nossa Nação nos anos vindouros.

O Banco Central é, sem dúvida, um actor fundamental no processo de desenvolvimento de Timor-Leste!

Muito obrigado.

José Luís Guterres

13 de Setembro de 2011